



REVISTA DO CAAP
fundada em 1921

ENTREVISTA COM FRANCISCO REZEK, EX-MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Otávio Morato de Andrade¹

Francis Duarte²

Apresentação

Francisco Rezek nasceu em Cristina, no sul de Minas Gerais, a 18 de janeiro de 1944, numa família originária da província de Baalbek, no Líbano. Graduou-se pela Faculdade de Direito da UFMG (FDUFMG), tendo sido o orador da turma de 1966, e obteve o doutoramento pela Sorbonne, Paris, em 1970. Foi professor da FDUFMG, da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco. Procurador da República do primeiro concurso, em 1972, era já Subprocurador-Geral quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1983, aos 39 anos de idade. Em 1990, pediu exoneração da magistratura para assumir o Ministério das Relações Exteriores, voltando a ser indicado para o STF em 1992. Até hoje, foi o único ministro com dois ingressos na Suprema Corte. Após a aposentadoria do STF, em 1997, foi eleito pelas Nações Unidas para um mandato de juiz da Corte Internacional de Justiça, permanecendo na Haia até 2006. Desde seu retorno atua na advocacia consultiva em São Paulo. Nesta entrevista, Rezek rememora seus tempos na Vetusta, destaca marcos de sua notável trajetória como servidor público e compartilha reflexões sobre direito e justiça no Brasil e no mundo.

¹ Doutorando em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com período sanduíche na Université libre de Bruxelles – Bélgica. Mestre em Direito pela UFMG. Pós-graduado em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bacharel em Direito pela UFMG. Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC-MG e Bacharel em Administração pela PUC-MG. Editor-Chefe da Revista do CAAP.

² Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua como pesquisador no Projeto República e é membro de diversos grupos de estudos na UFMG. Presidente do Clube da Democracia (UFMG/USP), co-autor de livros como "Direito na Atualidade" e "Homotransfobia e Direitos Sexuais". Pesquisador em várias obras sobre a democracia e a independência do Brasil, além de colaborar com exposições e produções audiovisuais.

1. O poeta Wordsworth (1770-1850) escreveu que “o menino é pai do homem”, reflexão celebrizada na obra Machadiana. Quais os marcos, personagens e influências do menino Rezek que forjariam o jurista e homem Rezek? O senhor considera que os traços de mineiridade ajudaram a moldar essa personalidade?

Minas são muitas, sentenciava João Guimarães Rosa. Eu nasci na parte mais verde e montanhosa do estado; ali onde plantam arroz nas várzeas, café nas colinas e oliveiras em altitude, e onde não é raro que no mês de junho as temperaturas caiam abaixo de zero. Mas me enxerguei desde a primeira infância como um homem de todas as Minas. Esforcei-me bem cedo para conhecer as partes históricas do estado, e sempre repudiei os ‘separatistas’ que de vez em quando mostravam a cara em alguns pontos das Gerais, entre eles o sul e o triângulo. Essa ideia de unidade nos era inspirada, às crianças de minha geração, pelas professoras primárias da escola pública, donas de uma inteligência, e de uma cultura, e de uma sensibilidade humana totalmente desproporcionais à modéstia dos salários que recebiam do estado.

2. Em 1960, o senhor se mudou para Belo Horizonte para concluir o colegial (científico) no Colégio Arnaldo. Que recordações mantém destes primeiros anos na cidade? Como o senhor descreve

a capital mineira e quais eram os lugares e grupos que frequentava?

Em janeiro daquele ano a rodovia Fernão Dias estava quase pronta, o que facilitou o trânsito de sul-mineiros para a capital. No final do ano anterior meu pai tinha vindo para a formatura de um sobrinho, e se encantou com a cidade. Mandou-me então para instalar-me numa república de estudantes da nossa região — Santa Rita do Sapucaí, São Sebastião do Paraíso, Pedralva, Ouro Fino — e escolher o lugar onde concluiria o colegial, começado no internato, no Colégio Marista de Poços de Caldas. A arquitetura bizantina do Colégio Arnaldo foi para mim um amor à primeira vista, justamente na idade da educação sentimental... O Arnaldo, fundado em 1912, tivera antes como alunos as duas grandes estrelas de nossa arte literária, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade. Ali aprendi muito e fiz grandes amigos, alguns dos quais conservei como colegas na Faculdade. Belo Horizonte nessa época justificava seu título de *Cidade Jardim*. Os bondes elétricos, sobre trilhos, deslizavam pelas avenidas entre fileiras de árvores...

3. O senhor então passa no vestibular e ingressa, em 1962, na Faculdade de Direito da UFMG. Onde morava e quais foram as impressões iniciais e os primeiros contatos na *Vetusta Casa de Afonso Pena*?

Naquele início de 1962 meu pai vivia seus últimos meses em Santa Rita, doente terminal que se encontrava. Ele recebeu e festejou a notícia de que eu havia passado nos vestibulares da Federal e da Católica — tendo optado, como língua, além do português e do latim, por francês em uma e por inglês na outra — e morreu três semanas mais tarde. Com o último ano do colegial eu havia frequentado o cursinho Champagnat, preparatório do vestibular de Direito. Ficava bem perto da Faculdade, na esquina de Guajajaras com João Pinheiro. Meu próprio endereço, depois da república *Inferno 17*, em São Lucas, era um quarto alugado no Edifício Argélia, Augusto de Lima com Bahia, quase em frente à Faculdade. Um de meus companheiros no cursinho foi Aristides Junqueira, de São João del Rey, que viria a brilhar anos mais tarde como Procurador-Geral da República. Mas ele optou em 1962 pelo curso de Filosofia, e só depois de um ano convenceu-se de que era mais sensato cursar Direito. Entrou na *Vetusta* no ano seguinte.

4. Durante a graduação, o senhor integrou o movimento estudantil, o CRT e a diretoria do CAAP, em uma época marcada pelo antagonismo ideológico da Guerra Fria e, depois, pela instauração do regime militar no Brasil. Poderia compartilhar fatos e personagens marcantes ao longo dessas atuações ao longo da ditadura?

Meu amigo mais próximo entre os colegas de Faculdade era Lúcio Miranda, e

integrávamos a FAR - *Frente Acadêmica Renovadora*, pela qual elegemos para a presidência do CAAP o próprio Lúcio, em 1965, e seu sucessor no ano seguinte, José Afonso de Alencar. Os outros dois partidos na escola eram a ADA - *Aliança Democrática Acadêmica*, mais à direita, e a UDU - *União Democrática Universitária*, um pouco mais à esquerda. A FAR era um partido de esquerda independente: todos firmes em seu ideário progressista, mas sem qualquer vínculo que nos impusesse uma *carteirinha* - fosse ela a do Partido Comunista, a da Ação Popular, até mesmo a da Juventude Universitária Católica. Como membro do Conselho do CAAP eu me empenhava em tentar, depois de cada passeata de protesto contra o regime, a libertação dos colegas presos durante a manifestação. Nunca estive tecnicamente preso, mas pernoitei no subsolo do DOPS, na Avenida Afonso Pena, certa ocasião em que não conseguimos que soltassem os presos no mesmo dia da passeata - e dissemos ao diretor que dali só sairíamos com todos eles, o que aconteceu na manhã seguinte.

5. Em 1968, “o ano que não terminou”, o senhor estava justamente em Paris fazendo o doutorado. Que memórias guarda daqueles daquelas semanas em maio de 68? E, poucos meses depois, como foi receber a notícia do AI-5 ainda fora do Brasil?

Para nós, os estudantes brasileiros que se doutoravam na Sorbonne, era impressionante a falta de uma tradição de

atuação política entre os estudantes franceses, que nos pareciam consagrados unicamente aos estudos e à prática de esportes de inverno nos meses frios. Aí deu-se a explosão de maio de 1968, marcada pelo idealismo da liderança estudantil, sob a regência de Daniel Cohn-Bendit, e pelas inevitáveis consequências da falta de experiência dos estudantes na participação política e na pressão, sobre o governo, pela mudança de regras arcaicas que ainda contaminavam a administração das universidades francesas. Foi uma sinfonia o ano de 1968, até mesmo pela retomada do controle da situação pelo general De Gaulle, um herói da resistência nos anos da ocupação do território francês pela Alemanha nacional-socialista. Ele garantiu as reformas que se impunham, dissolveu a Assembleia Nacional e convocou novas eleições gerais.

No dia 10 de dezembro de 1968, havendo concluído a primeira fase de meu doutorado na academia de Paris, embarquei em Cannes no navio *Augustus*, de uma companhia italiana que fazia Gênova-Buenos Aires com paradas em Cannes, Lisboa, Rio de Janeiro e Santos. Foi na noite do dia 13 que o capitão do navio nos anunciou a edição, no Brasil, do *Ato Institucional nº 5*, e comentou conosco o conteúdo daquela peça, a mais arbitrária de todas até então. Alguns brasileiros cogitaram de não desembarcar, mas desistiram disso pela lembrança de que não encontrariam melhor cenário na Argentina...

6. Além de professor respeitado, o senhor foi um acadêmico de destaque: pesquisou em Oxford e Harvard e foi laureado com bolsas e prêmios. De que forma essa vivência na academia contribuiu para a sua formação enquanto jurista e funcionário público?

A *Casa de Afonso Pena*, quando entrei, era dirigida pelo professor Alberto Deodato, um sergipano de notável personalidade e reconhecida liderança. Meus professores, na época, foram grandes nomes como Edgar Mata Machado, Washington Albino, Raul Machado Horta, Rui de Souza, Lourival Vilella Viana, Celso Barbi, Darcy Bessone, Messias Donato, Ozires Rocha, Oswaldo Pataro, Gerson Boson. Era, contudo, uma época em que se supervalorizava o processo, sobretudo o processo civil, em detrimento, às vezes, do direito material. Recordo que quando disse ao professor Lourival, sucessor de Alberto Deodato na direção da Faculdade, que havia ganho uma bolsa do governo francês para o doutorado em direito internacional na Sorbonne, ele me aconselhou a pensar duas vezes antes de aceitá-la, visto que esse ramo do direito não me garantiria mais tarde *o leite das crianças*. Para meu reconforto, as coisas mudaram desde então. O doutorado em Paris (1967-1970) foi uma extraordinária experiência, e o ano passado em Oxford (1978-1979), já na faixa dos 30 e com família constituída, foi mágico.

7. O senhor foi nomeado para o STF em 1983 e voltou a ocupar o posto em 1992, sendo a única pessoa a ingressar duas vezes no cargo. Poderia nos contar como foi essa experiência no Supremo, traçando um paralelo entre aquele Tribunal e o atual?

Alguns integrantes do Supremo, no passado e no presente, reconhecem abertamente que aspiraram a essa investidura, que sonharam com isso, que lutaram por isso. No meu caso não houve aspiração nem sonho, muito menos luta. Sempre me pareceu que as acidentalidades da vida me levariam a algo de bom, mas sem que eu devesse traçar um plano de carreira. Os únicos cargos de que fui atrás, inscrevendo-me em concursos assim que foi possível, foram o de professor-assistente em nossa Faculdade, no início de 1970, e em 1972 o de procurador da República.

Renunciar ao Supremo – e à presidência do TSE, onde eu me encontrava na época – foi uma temeridade. Mas quando o presidente Fernando Collor, eleito por quarenta milhões de brasileiros, sem equipe formada, sem nem mesmo um partido digno desse nome, fez-me o apelo no sentido de que assumisse o Itamaraty, como chanceler de seu governo, eu achei que, nunca antes na vida tendo tomado qualquer decisão em função do medo, não devia fazê-lo então pela primeira vez.

8. Nos últimos anos, o Supremo ficou em grande evidência, sendo também mais fustigado por críticas de juristas e da sociedade em geral. Refiro-me a questionamentos quanto ao excesso de decisões monocráticas, investigação penal pelo próprio Tribunal (caso do inquérito das *fakenews*) e ativismo judicial em matérias de competência do Congresso. Como avalia essas críticas? Existe um excesso de protagonismo do Tribunal nos dias atuais?

Faz algum tempo, em entrevista ao Correio Braziliense, eu disse que o Supremo é hoje *um arquipélago de onze monocracias*. A ideia do arquipélago é antiga, já que o tribunal sempre teve juízes diferentes entre si em matéria de formação acadêmica, de convicção política, de entendimento do que é a função judicial em um país como o Brasil, onde a Justiça é de fato um *poder* do Estado, e não apenas uma autoridade independente; em matéria, sobretudo, de metodologia de trabalho – alguns tomando hora e meia da paciência coletiva para dizer o que outros diziam em dez minutos, alguns escrevendo em cinco páginas o que outros precisavam de oitenta páginas para exprimir com um mínimo de clareza e objetividade. Mas hoje as coisas me parecem novas e inéditas em sua gravidade. Não se justificam decisões singulares em um colegiado, sobretudo quando importantes e de algum modo agressivas a certos direitos fundamentais ou à autoridade dos outros dois poderes do Estado. Juízes, mesmo quando supremos, deveriam recordar, todo o tempo, que não

foram eleitos pelo povo para legislar para o país, nem para governá-lo.

9. O século XXI tem testemunhado episódios lastimáveis que o Direito Internacional não conseguiu prevenir ou sancionar a contento. Cito o agravamento do conflito Israel-Palestina, as invasões norte-americanas no Oriente Médio e a guerra na Ucrânia. Como especialista em Direito Internacional, qual a sua avaliação sobre a efetividade dessas normas e instituições diante das tensões geopolíticas? Quais são os principais desafios que o Direito Internacional enfrenta para assegurar a paz e a justiça global?

O Direito Internacional enfrenta uma crise, e as Nações Unidas parecem desmoronar diante do que hoje nossa imprensa chama, cinicamente, de ‘*guerra Israel-Hamás*’. Nenhum dos grandes genocídios do século XX foi tão assumido, tão indecoroso, tão desumano e tão arrogante quanto este a que o governo de Israel submete o povo palestino, com a cumplicidade e o patrocínio do Ocidente. Se os autores diretos e indiretos desse crime não forem punidos, não fará mais sentido ensinar Direito Internacional – mentindo aos alunos que existe uma ordem jurídica e uma pauta de princípios éticos a reger a coexistência entre as nações. A hora não permite otimismo, quando pensamos nas próximas eleições presidenciais naquilo que é ainda hoje a mais poderosa nação do mundo, onde o poder é disputado por duas

calamidades. De um lado Donald Trump, um sociopata impenitente. De outro lado a figura patética de Joe Biden, hoje ali chamado de ‘*genocide Joe*’, o político americano que, nas últimas décadas, mais recebeu dinheiro do *lobby* israelense. Nenhuma chance para uma figura digna como o Senador Bernie Sanders, um monumento de lucidez e de integridade. Que maravilha de democracia...

10. Sabemos que é um leitor voraz. Quais autores mais impactaram na sua formação, tanto no Direito quanto na literatura em geral? O que está lendo (ou relendo) no momento?

Aos sete anos comecei pela leitura de duas obras infantis, o *Coração*, de Edmondo de Amicis, que no original foi publicado na Itália do final do século XIX, e a tradução brasileira de *L’Auberge de l’Ange Gardien*, da condessa de Segur, presenteado o primeiro por minha mãe, o segundo por minha professora do segundo ano primário. Aos onze, li *Os Maias*, de Eça de Queiroz, e desse livro retive na memória, até hoje, toda a trama, e várias páginas inteiras. Li depois tudo que me pareceu essencial em prosa e poesia de Portugal e do Brasil; e de autores italianos, de Leopardi a Pirandello, ingleses, de Shakespeare a Oscar Wilde, espanhóis, de Cervantes a Garcia Lorca, franceses, de Montaigne a André Gide, americanos, de Edgar Allan Poe a Robert Frost, e russos, de Pushkin a Soljenítsin, com destaque para Tolstói e Tchekhov, dos quais li todas as obras. Outros autores de que li tudo que escreveram, e a todo

ENTREVISTA - FRANCISCO REZEK
Otávio Morato de Andrade, Francis Duarte

momento me entrego ao prazer da releitura, são nossos compatriotas Machado de Assis, Olavo Bilac, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade; e o irlandês James Joyce, e o argentino Jorge Luis Borges.

Nunca li um *best-seller*, nem me interessei por livros de autoajuda. Folheio constantemente a *Encyclopedia Britannica* – busco informações sobre história, artes, astronomia, botânica...
